

A imagem de Brasília como um paraíso artificial incrustado numa realidade antitética — que é a realidade brasileira — aviva suas cores nestas vésperas de final de ano, quando as notícias sobre os esbanjamentos cometidos por políticos têm merecido espaços nos jornais, proporcionais à sua prodigalidade.

Enquanto o presidente Bush comparece em pessoa a uma grande loja de Washington para fazer suas compras de Natal — exatamente quatro pares de meia, comprados a 28 dólares —, em Brasília, ministros e congressistas não fazem qualquer economia na compra de seus presentes.

Caixas de charutos holandeses, canetas que custam US\$ 1.400 a unidade, pijamas e cuecas de seda de preços igualmente proibitivos para a grande maioria dos brasileiros são alguns dos itens da orgia consumista que tomou conta da capital federal.

Parece evidente que o presidente Bush não está em condições de penúria para comprar meias a US\$ 28 dólares. Mas, na tradição política americana, sabe-se o valor do gesto simbólico. O “faça o que digo, não o que faço” é uma máxima que não pode fazer parte do repertório de um homem público, que deve servir de exemplo e paradigma para a sociedade. Esta lição, no entanto, tem sido completamente ignorada pelo político brasileiro, que continua se comportando como um *nouveau riche* virtualmente financiado pelos cofres públicos. Não é por acaso que a classe política mereceu o último lugar em confiabilidade, em recente pesquisa de opinião feita pela Standard, Ogilvy & Mather.

A verdade é que o Estado brasileiro reflete cada vez menos, em todas as suas instâncias, as aflições e as esperanças da população. A ilha da fantasia em que se transformou Brasília foi construída, tijolo por tijolo, pela ditadura militar, cujos personagens deti-

veram sempre privilégios, que se justificam num regime fechado, jamais numa democracia.

Os vícios daquela época, lamentavelmente, permanecem como se nada tivesse passado no país. Se há assuntos prementes a serem discutidos e leis importantes a serem votadas, o Legislativo federal — que, mais do que o Executivo, não consegue abrir mão das velhas mordomias — aparece sempre, aos olhos do público, como uma máquina feita apenas para conceder aumentos ao pessoal da casa.

O último aumento, quinta-feira passada, de 102,58%, elevando salários de deputados e de senadores para Cr\$ 6,3 milhões, foi tão acintoso que levou um grupo de parlamentares a recorrer ao STF para corrigi-lo. Haja vista que os contracheques não incluem vantagens, como, entre outras, auxílio-moradia de Cr\$ 600 mil, franquia postal e telefônica e verba de gabinete de Cr\$ 2,7 milhões.

Questionado sobre esse último aumento por um ouvinte da *Rádio JB*, no programa *Encontros com a imprensa*, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) justificou-o dizendo que não são os parlamentares que ganham muito, mas os brasileiros em geral — estes sim — que estão ganhando pouco. Disse também que deputados e senadores têm de ganhar muito para que não se corrompam.

São observações que não apenas acentuam a idéia de que políticos constituem uma casta à parte da sociedade como lançam suspeitas sobre a honestidade de toda a classe. Se ganhar pouco corrompesse, o Brasil teria, a levar-se em conta o argumento do senador, 150 milhões de corruptos em potencial. Mas não tem. A população, até prova em contrário, é constituída por pessoas que vivem do trabalho honesto e gostariam muito de que os representantes da máquina do Estado seguissem seu exemplo.